



DIFERENÇAS SOCIOECONÔMICAS ENTRE TRABALHADORES INFORMAIS E FORMAIS PARANAENSES

Área: ECONOMIA

SOUZA, Edicleia Lopes da Cruz

Resumo: O objetivo desse trabalho é verificar as diferenças socioeconômicas entre os trabalhadores paranaenses formais e informais. Para tanto, utilizou-se dados da PNAD/ 2009 referentes aos trabalhadores paranaenses na faixa etária de 18 a 70 anos. As pesquisas que discorrem sobre a inserção na formalidade ou na informalidade chamam a atenção para a diferença nas condições de trabalho e, principalmente, na desigualdade de remuneração entre as ocupações nas duas modalidades. Os resultados dessa pesquisa corroboraram, para o Paraná, que, no mercado formal de trabalho, a maioria da população (46,3%) ganha mais que 2 salários mínimos mensais, o que é quase o dobro da população que recebe o mesmo valor no mercado informal (24,69%). Ainda, a renda baixa dos trabalhadores informais pode ser justificada pela baixa escolaridade deles, pois os resultados mostraram que 37,55% dos ocupados de maneira informal têm de 0 a 4 anos de estudo e, desses, 9,22% são analfabetos, número quase três vezes maior que o do pessoal ocupado no setor formal com a mesma escolaridade.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Informalidade. Diferenças socioeconômicas.

1. INTRODUÇÃO

Na busca da compreensão das modificações referente à força de trabalho, investigar o mercado de trabalho tornou-se uma necessidade por parte dos pesquisadores das mais diversas áreas ao perceberem quão importante é estudar as suas particularidades. Dentre as diversas características pertinentes a esse mercado destaca-se, a partir de meados do século XX, o grau de informalidade.

No Brasil, informal é considerado o mercado de trabalho em que os trabalhadores não possuem vínculo empregatício com carteira de trabalho assinada, além de ser visto como uma forma de produção que não se baseia no trabalho assalariado, e sim no trabalho familiar.



Considera-se que é esse o mercado que absorve do setor formal os expurgados por razões de idade, de sexo, de condições físicas, de falta de qualificação, de falta de escolaridade, entre outras razões. Essa definição é a mais convencional e mais utilizada pelos pesquisadores, pois, ainda, não há na literatura um consenso sobre a definição do que é a informalidade no mercado de trabalho.

A informalidade nos países em desenvolvimento está associada às transformações ocorridas nos mesmos países, e é um problema com grande repercussão social na medida em que se verificam os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores e as condições de vida da maioria deles.

Observando registros históricos e econômicos, a informalidade evoluiu conforme o mercado de trabalho se desenvolveu desde o início do século XX. Nas primeiras décadas do referido século, a força de trabalho brasileira percorreu o seu curso sem nenhuma lei que a amparasse, pois apenas na década de 30 ocorreram os primeiros avanços em direitos trabalhistas com as políticas getulistas. Foi a partir de então que se iniciou a delimitação do conceito de formal e informal, uma vez que a informalidade sempre existiu à sombra da formalidade. Segundo Pochmann (2008), na década de 1930, para cada dez trabalhadores brasileiros contratados para trabalhar, nove eram informais

Entretanto, as discussões sobre a informalidade se ampliaram somente na década de 1970, quando alterações na estrutura produtiva deram uma nova roupagem à economia brasileira. De um lado, a transferência da população da área rural para a área urbana aumentou a formalização, pois, na medida em que essas pessoas ingressavam na indústria de forma regular, no quesito legal, reduzia a informalidade no campo, atividade até então estritamente informal. Do outro, nas cidades, as atividades industrializadas não eram suficientes para absorver os intensos contingentes populacionais que migravam da área rural, o que provocou o aumento das ocupações em subempregos e, conseqüentemente, aumentou o nível de informalidade.

Então, no início da década de 1970, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) construiu-se uma primeira definição do conceito de informalidade. Para essa Organização, trabalho informal é designado como aquele realizado à margem da legislação em vigor. Em muitos países em desenvolvimento mais da metade dos trabalhadores em atividades não agrícolas estão engajados na economia informal. Em toda América Latina existem 239



milhões de pessoas economicamente ativas, dessas 103 milhões trabalham na informalidade, ou seja, 47% da População Economicamente Ativa está exercendo alguma atividade sem proteção legal, sem direitos trabalhistas e outros benefícios (OIT, 2006).

No Brasil, o entendimento do trabalho informal está diretamente associado à legislação, caracterizado quando a atividade não for praticada mediante o registro em carteira, registro de autônomo ou registro de condição de empregador. Assim, nessa categoria se enquadram os “trabalhadores por conta própria”, “trabalhadores não-remunerados” como os “trabalhadores familiares” e “domésticos” e “trabalhadores sem carteira”. Pastore (2004) informa que o número de trabalhadores na informalidade continua sendo um dos mais graves problemas do mercado de trabalho brasileiro. Em 2003, das 76 milhões de pessoas que trabalhavam, cerca de 46 milhões, o equivalente a 60% da mão de obra trabalhadora, estavam ocupadas na informalidade, enquanto apenas 30 milhões eram formais.

A existência de altos níveis de informalidade, principalmente nas últimas décadas, no mercado de trabalho brasileiro, tem gerado intensos debates na sociedade e na literatura econômica. Existe uma preocupação cada vez maior com a informalidade e seus impactos, em especial, a questão dos diferenciais de salários e de condições de trabalho entre os que exercem atividade no setor formal e os que estão na informalidade. Segundo o IPEA (2006), os trabalhadores informais recebem remunerações de 30% a 40% inferiores às de trabalhadores formais. Nessa condição estão inseridos cerca de 55% da população ocupada no Brasil. Nesse mesmo período, no Estado do Paraná o número absoluto de trabalhadores informais era cerca de 2,7 milhões de pessoas, o que indicava que mais de 51% das pessoas que estavam ocupadas em alguma atividade a exerciam de maneira sem registro em carteira e sem amparo legal.

Neste contexto, o objetivo desse trabalho é verificar se há, de fato, diferenças socioeconômicas entre os trabalhadores paranaenses inseridos no trabalho formal e informal. Para tanto, será utilizado dados da PNAD de 2009.

O estudo está dividido em cinco partes: Além desta introdução, a segunda seção traz um breve relato sobre a informalidade no mercado de trabalho. Na seção 3, tem-se a metodologia. Conformando o quarto tópico está a discussão dos principais resultados. E por último, as conclusões finalizando o estudo.



2. A INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO

A partir de meados do século XX, na sociedade brasileira o mercado de trabalho sofreu rápidas e profundas transformações. Um dos mais polêmicos subprodutos dessas transformações é a informalidade nas relações de trabalho, que aumentou paulatinamente ao longo dos anos. Dentre os seus malefícios, o principal é o comprometimento da condição social do trabalhador, secundado pelos problemas de ordem macroeconômica.

No Brasil, a legislação exige que todos os trabalhadores assalariados possuam carteira de trabalho assinada, e isso faz com que a definição de informalidade fique associada à posse ou não da mesma carteira. Por isso, a maioria das discussões nacionais sobre o assunto aborda o setor informal como formado pelos trabalhadores sem carteira assinada ou que executam a atividade por conta própria, ou mesmo como o conjunto de trabalhadores que não contribuem para a previdência social (ULYSSEA, 2005).

O conceito de setor informal data da década de 1970, como uma referência ao fenômeno caracterizado pela concentração de população nas áreas urbanas, com conseqüente crescimento da força de trabalho disponível exercendo atividades como o pequeno comércio nas ruas, mascates, os "faz de tudo", entre outras. Embora a nomenclatura seja recente, a problemática em torno da execução dessas atividades é muito antiga, datando, em países desenvolvidos como os EUA e os da Europa, desde a virada para o século XX, mas que no Brasil ganhou força somente com o crescimento das cidades e urbanização (THEODORO, 2002).

Desde então, a informalidade no mercado de trabalho tem sido tema de várias abordagens acadêmicas. Dentre essas abordagens, cabe citar aquelas que, de diferentes modos, ressaltaram os impactos que giram em torno dos diferenciais de salários e das diferentes condições de trabalho entre os trabalhadores que exercem atividade no setor formal e os que estão na informalidade, como Cacciamali (1982); Corseuil e Santos (2002); Ramos (2002); IPEA (2006).

O trabalho informal também é, comumente, identificado como uma organização autônoma, ou por conta própria, caracterizado quando o dono do empreendimento não tem empregados, ou se restringe à colaboração dos membros de sua família. Os trabalhadores por conta própria abrangem várias categorias em termos de especialização profissional, indo



desde as mais simples, como engraxates, até aqueles que exigem formal especialização, tal como marceneiro, fundição, construção e tecelagem (MACEDO, 1982; CHAHAD, 2002).

Perry et al. (2007), em estudo do Banco Mundial, elaborado com dados dos países da América Latina e Caribe, consideraram como trabalhadores informais os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores assalariados sem registros na previdência.

A informalidade é, ainda, determinada por condições macroeconômicas ou mudanças institucionais que têm impactos sobre os tipos de postos de trabalho gerados tanto no setor formal quanto informal. Alguns trabalhos se esforçam na tentativa de determinar quais são os impactos desses fatores, em particular os das instituições, sobre a informalidade e seu consequente efeito sobre os resultados do mercado de trabalho. Esforços também têm sido direcionados para a caracterização da informalidade investigando questões relativas à determinação dos diferenciais de salários, relativas à existência ou não de segmentação, relativas aos padrões de mobilidade dos trabalhadores, entre outros. Nessa direção estão os trabalhos de Acemoglu (2001); Fugazza e Jacques (2003), entre outros.

É no setor informal que ocorrem as transações, prestação de serviços e pagamentos que não estão submetidos às normas da legislação e, portanto, dificultam a identificação e contabilidade por parte do Estado, impedindo assim o controle e a incorporação nas Contas Nacionais do país, as transações econômicas e financeiras decorrentes de atividades executadas nessa condição.

Paulani e Braga (2007) concordam que a informalidade é dos obstáculos enfrentados pela Contabilidade Social ao tentar mensurar as atividades econômicas de uma economia. As inúmeras atividades inseridas no setor informal, além de não responderem às regulamentações ou legislações fiscais, laborais, financeiras e cambiárias, nem sempre oferecem condições adequadas de trabalho para os indivíduos e ainda alimentam discussões por parte de trabalhadores de setores regulamentados que se sentem lesados por causa da existência da concorrência da informalidade. Nessa condição estão, por exemplo, os camelôs, cuja ilegalidade consiste na sonegação de impostos.

Nesse sentido, Perry et al. (2007) dizem que, para a maioria dos trabalhadores no mercado de trabalho, a informalidade não é necessariamente resultado de uma exclusão, ou seja, o trabalhador ou o microempresário não está na condição de informal por ter sido excluído do mercado formal, mas, sim, por “optar” por tal situação ao perceber o seu custo-



benefício, seja através da sonegação de impostos ou da não contribuição social. Para esses autores, as motivações para os conta própria continuarem nessa condição é a mobilidade com relação a sua atividade, autoavaliação dos benefícios e sua satisfação. Muitos trabalhadores não querem deixá-la, pois sabem que, numa atividade formal, de acordo com sua capacitação, ganharia o mesmo tanto ou menos e nem sempre estaria na condição “confortável” de estar no seu próprio negócio. No Brasil, conforme a PNAD (2009), o contingente de 40% dos trabalhadores informais era composto pelos trabalhadores por conta própria.

Percebe-se, no entanto, que a economia ou mercado informal não tem uma definição estática. Pelo contrário, as principais teorias conceituais que podem ser encontradas na literatura revelam que a economia informal, por estar nas franjas sociais e econômicas em constante movimento, não pode ser capturada por uma definição estrita. Dessa forma, diferentes conceitos ou definições atribuídos ao trabalho informal são também adotados nas análises econômicas, observando-se que as transformações nas definições decorrem das mudanças conjunturais e estruturais pelas quais vêm passando as economias no decorrer do tempo, no processo de desenvolvimento.

3. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma análise estatística descritiva de dados referentes aos trabalhadores paranaenses com idade entre 18 e 70 anos, obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2009.

O intervalo de idade dos indivíduos com limite mínimo de 18 anos e máximo de 70 anos se deu em função da permissão ao trabalho sem restrições pela legislação brasileira no primeiro caso, e aposentadoria no segundo caso. Dessas pessoas, delas foram identificadas o sexo, área de domicílio, atividade econômica, escolaridade e renda.

Para fins desta pesquisa, foram considerados como trabalhadores informais as pessoas que declararam estar em atividades classificadas como conta própria, trabalhadores não remunerados, trabalhadores na construção próprio uso, trabalhadores na produção próprio consumo, empregados sem carteira e empregados domésticos sem carteira.



4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os trabalhadores são agrupados e classificados de acordo com a atividade que exercem. A PNAD/2009 os classificou em 11 categorias conforme a posição na ocupação no trabalho principal na semana de referência. A Tabela 1 apresenta a frequência e a participação percentual dos trabalhadores em cada categoria.

Os trabalhadores com carteira assinada se destacam com a maior participação no total, mas apenas 41,55% dos trabalhadores estão nessa condição. Se se somarem todos os trabalhadores formais, isto é, os que possuem carteira assinada, empregadores, funcionários públicos e militares, juntos conformam 56% da população. O restante são os trabalhadores considerados informais, sendo a maioria constituída pelos trabalhadores por conta própria (19,11%). Os que sobraram equivalem a cerca de 1/4 da população de trabalhadores paranaenses, sem registro em carteira, sem proteção e sem garantia de direitos trabalhistas.

Tabela 1: Distribuição da população ocupada paranaenses com 18 a 70 anos de idade segundo a posição na ocupação - 2009.

Posição na ocupação	Freq.	%
Construção para o próprio uso	5.406	0.10
Conta própria	995.051	19.11
Doméstico com carteira	113.575	2.18
Doméstico sem carteira	283.136	5.44
Empregado com carteira	2.163.493	41.55
Empregado sem carteira	650.953	12.50
Empregador	291.377	5.60
Funcionário Público	351.358	6.75
Militar	7.809	0.15
Trabalhador não remunerado	197.653	3.80
Produção para o próprio consumo	147.168	2.83
Total	5.206.979¹	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Atentando-se para as características sociais e econômicas desses trabalhadores segundo a sua condição no mercado de trabalho, julgou-se relevante verificar a situação do

¹ É preciso esclarecer que o total de pessoas ocupadas no Paraná com idade entre 18 e 70 anos é de 5.234.181, e, no entanto, as análises serão sobre um total de 5.206.979 indivíduos. A diferença de 27.202 pessoas se refere aos indivíduos que não quiseram declarar o rendimento mensal para a pesquisa.



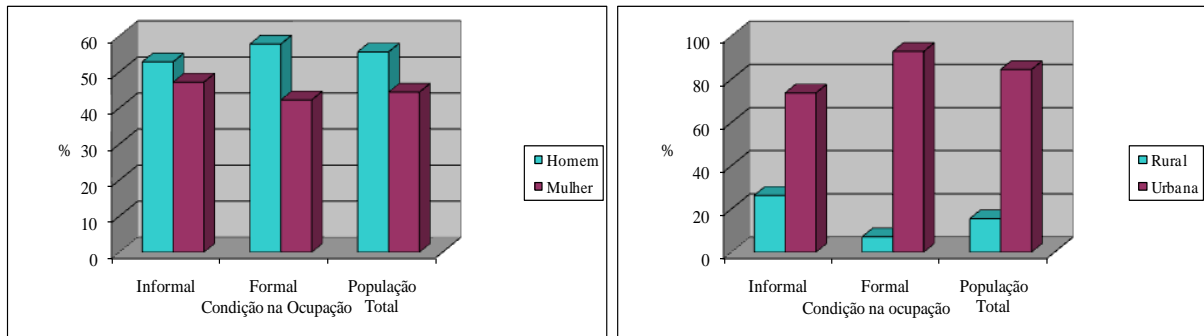
domicílio do trabalhador paranaense, identificada como urbano ou rural. Analisar os trabalhadores segundo o sexo também é importante, isso pelo fato de que, mesmo após anos de lutas para equivaler os direitos de homens e de mulheres, ainda se presenciavam grandes divergências na sociedade brasileira entre os dois sexos. Assim, ao incluir essa variável, pretende-se captar se a inserção no mercado de trabalho informal se dá em proporções diferentes para os dois sexos, sendo que será verificado se as mulheres são mais propensas à informalidade no mercado de trabalho.

Dessa forma, a Figura 1 é constituída por dois painéis: o primeiro mostra a distribuição da população de acordo com a forma de ocupação no mercado de trabalho e o fato de ser homem ou mulher. Acredita-se que exista uma tendência de o trabalho da mulher caracterizar-se pela informalização no mercado de trabalho e, por isso, supôs-se, de antemão, que os dados referentes às mulheres trabalhadoras informais seriam significativamente maiores que os dos homens. O que a figura mostra é, porém, uma diferença muito pequena entre os sexos. Vale dizer que a população trabalhadora do Paraná é composta por 55,59% de homens e 44,41% de mulheres, ou seja, a diferença de participação da mulher no mercado de trabalho é menor que 12% em relação aos homens.

Analisando separadamente trabalhadores informais e formais, observa-se que os primeiros são compostos por 52,8% de homens e 47,2% de mulheres. Semelhantemente, 57,8% dos trabalhadores formais são homens e 42,2% são mulheres. Pela Figura 1, o que merece destaque é que, nas atividades informais, a diferença entre homens e mulheres é de 5,6 pontos percentuais, o que significa que, quando o assunto é irregularidade no trabalho, as condições de homens e de mulheres não são tão discrepantes. Para as mulheres, o emprego informal se torna uma opção que possibilita a combinação entre o trabalho e as tarefas do lar. Aliás, essa é uma situação corroborada pelo estudo do Banco Mundial em Perry et al. (2007).



Figura 1: Distribuição percentual da população ocupada paranaense segundo a condição na ocupação, a área de domicílio e o sexo - 2009.



Fonte: IBGE/PNAD/2009.

No segundo painel da Figura 1, tem-se a distribuição da população trabalhadora do Paraná segundo a condição na ocupação e o fato de ter a área rural ou urbana como domicílio. Os dados que deram origem à figura desse painel revelam que a população paranaense é predominantemente urbana, 84% da população trabalhadora paranaense, o equivalente a 4.398.894 pessoas com idade entre 18 e 70 anos reside nas cidades, enquanto que 16% residem no campo (808.085 trabalhadores).

Estratificando-os pela condição na atividade laboral que exercem, tem-se que, dos trabalhadores informais, 73,68% estão na área urbana, contra 26,32% da área rural. Guardadas as devidas proporções, é possível dizer que, embora o valor percentual dos trabalhadores informais seja maior para a área urbana, quando verificado o montante de pessoas ao qual se referem os 26,32% (600.005), é o mesmo que dizer que mais de 74% da população rural ocupada está na informalidade. Isso ressalta, mais uma vez, o que evidencia a literatura, de que há uma tendência à informalidade nas áreas rurais, ora pelas atividades exercidas, ora pela tradição das culturas e forma de inserção no trabalho, que ainda predominam nessas áreas. Quanto às ocupações formais, 92,89% delas estão na área urbana e 7,11% estão na área rural.

Na próxima tabela tem-se a subdivisão da população trabalhadora do Paraná de acordo com os ramos de atividade. A intenção é identificar se existe uma diferença significativa na forma de inserção no mercado de trabalho dos trabalhadores formais e informais. Em geral, há nas atividades agrícolas uma tradição à informalidade ao longo do tempo e, mesmo com todas as alterações nos padrões de produção e relações de trabalho, essa condição ainda é persistente.

Segundo a Tabela 2, dos trabalhadores informais no Paraná, 28% estão nas atividades agrícolas. Esse fato pode estar associado à tradicional agricultura familiar, com forte presença



no Estado. A quantidade de trabalhadores agrícolas informais é nove vezes maior que os formais, pois apenas 3,7% desses trabalhadores estão formalizados na agricultura. A indústria foi o setor que se destacou nas contratações formais, seguida do comércio e do setor de serviços, este último significativamente crescente a partir da década de 1990.

Tabela 2: Distribuição frequência e percentual da população paranaense ocupada, com 18 a 70 anos, estratificada pela atividade e condição na ocupação - 2009.

Atividade de ocupação	Informal		Formal	
	Freq.	%	Freq.	%
Agricultura	638.473	28,01	108.849	3,72
Comércio	377.595	16,57	599.431	20,48
Construção Civil	240.127	10,53	147.378	5,03
Doméstica	275.490	12,09	119.782	4,09
Indústria	197.175	8,65	677.523	23,14
Outras Atividades	232.664	10,21	388.764	13,28
Serviços	219.062	9,61	488.033	16,67
Social	98.781	4,33	397.852	13,59
Total	2.279.367	100,00	2.927.612	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Na sequência, a Tabela 3 apresenta a distribuição da população trabalhadora paranaense segundo escolaridade e sua condição na ocupação. É comum, quando se fazem análises relacionadas ao mercado de trabalho, a ideia de que a população menos escolarizada se encontra nas condições inferiores de trabalho. Isso está expresso no trabalho de vários autores, no entanto, quando verificada a população pela sua condição na ocupação, percebeu-se que o setor informal de trabalho absorve tanto pessoas desqualificadas e não escolarizadas como, também, indivíduos com alto nível de instrução, pois 13% da população trabalhadora em caráter informal são pessoas que têm mais de onze anos de estudo. Essas pessoas são, geralmente, profissionais até com nível superior de educação, mas que, por algum motivo, não se engajaram numa atividade formal de trabalho.

Comparando os dois setores de ocupação vê-se que 37,55% dos ocupados de maneira informal têm de 0 a 4 anos de estudo e, desses, 9,22% são analfabetos, número quase três vezes maior que o pessoal ocupado no setor formal com a mesma escolaridade. Essa diferença demonstra o quanto ocupar postos de trabalho no setor formal é uma condição limitada às pessoas sem escolaridade. Outra questão também preocupante é com relação às pessoas com



nível de escolaridade superior a 9 anos, pois são pessoas relativamente instruídas e que estão no trabalho informal. O percentual e o número de pessoas com mais de 11 anos de estudo na informalidade é maior que o percentual referente às pessoas sem instrução.

Tabela 3: Distribuição frequência e percentual da população paranaense ocupada, com 18 a 70 anos, estratificada por escolaridade e condição na ocupação - 2009.

Anos de estudo	Informal		Formal	
	Frequência	%	Frequência	%
Sem instrução	210.201	9,22	99.482	3,40
1 a 4	645.770	28,33	336.177	11,48
5 a 8	543.583	23,85	564.229	19,27
9 a 11	576.024	25,27	1.126.938	38,49
> 11	303.789	13,33	800.786	27,35
Total	2.279.367	100,00	2.927.612	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.

Na condição formal de trabalho, 3,4% são analfabetos. Nesse caso, muito provavelmente, estão empregados domésticos, auxiliares de produção, auxiliares na construção civil, babás, entre outras funções que os indivíduos conseguem exercer sem ter que possuir escolaridade. É preciso enfatizar que se observa uma tendência de redução do número de pessoas não escolarizadas que pertencem ao mercado formal de trabalho, pois as modificações cotidianas nos padrões tecnológicos acabam por ocasionar a substituição de trabalhadores analfabetos por aqueles que tenham pelo menos um mínimo de escolaridade. É o caso, por exemplo, das empregadas domésticas. As pessoas analfabetas, quando expelidas da condição formal, não lhes resta alternativa a não ser buscar emprego no setor informal, causando o inchamento do percentual de analfabetos na informalidade.

É expressiva a quantidade de pessoas com até 4 anos de escolaridade que está no mercado de trabalho formal (11,48%). O maior percentual de trabalhadores no mercado formal está com aqueles que têm de 9 a 11 anos de estudos, ou seja, pessoas que concluíram o ensino fundamental e estão no ensino médio ou também já o concluíram. Enquanto que 27,35% de toda população ocupada formalmente ou possui o ensino médio completo, ou está na faculdade ou já concluiu o curso superior. Apenas 13% dos informais têm a mesma condição. Destaca-se que 38,5% dos trabalhadores informais têm mais de 9 anos de estudo contra 65,8% do setor formal com essa mesma escolaridade.



De modo geral, 5,95% da população trabalhadora paranaense é sem instrução alguma, o que significa que 309.683 pessoas no mercado de trabalho não sabem ler e nem escrever. Resta, então, saber em que atividades estão alocados esses trabalhadores sem instrução alguma e aqueles com até 4 anos de estudo no setor formal e informal. Os dados seguintes complementam essas informações.

Quando verificado os trabalhadores de acordo com a sua escolaridade, a área de domicílio e a sua condição na ocupação, os dados, mais uma vez, confirmam o que preconiza a literatura, de que a área rural é a que tem mais trabalhadores sem instrução, tanto em caráter formal quanto no informal. Da população trabalhadora informal da área rural, 14,78% das pessoas não possuíam escolaridade alguma, ou seja, eram indivíduos completamente analfabetos, valor duas vezes maior que o correspondente da área urbana (7,24%). De forma geral, os dados mostram que os trabalhadores sem escolaridade se concentram, principalmente, nas áreas rurais do Estado, seja em atividades formais ou informais.

Para analisar em quais atividades os trabalhadores estão inseridos de acordo com sua escolaridade construiu-se a Figura 2. Kon (1998) estudou a relação entre a escolaridade e a ocupação do trabalhador, de modo que um nível mais elevado de escolaridade se reflete em maior modernização nas ocupações e em melhor remuneração. Ainda, de acordo com Souza (1980), é característico dos trabalhadores mais qualificados e experientes em cada categoria profissional o fato de pertencerem ao mercado formal de trabalho.

A Figura 2 mostra que os trabalhadores sem instrução se empregam majoritariamente na agricultura, até porque a maioria das atividades agrícolas requer muito mais força física do que acúmulo de escolaridade, podendo ser desempenhadas por aqueles que não sabem ler ou escrever. A mesma situação se repete para os trabalhadores com pouca instrução, isto é, com até 4 anos de estudo nas duas condições de ocupação. Mesmo assim é preciso destacar que o número de trabalhadores analfabetos na agricultura é significativamente maior no setor informal do que no setor formal. Dos trabalhadores informais na agricultura, 62,6% têm de 0 a 4 anos de estudo e apenas 18% têm acima de 9 anos de escolaridade. Como mostra a figura, na condição informal, a agricultura, seguida do doméstico e da construção civil, nessa ordem, são os setores que mais absorvem os trabalhadores sem instrução. O mesmo se repete entre os trabalhadores com até 4 anos de estudo. Na condição formal, agricultura, construção civil e



doméstico são também os setores que se destacam por empregar a maior parte dos trabalhadores sem instrução ou pouco instruídos.

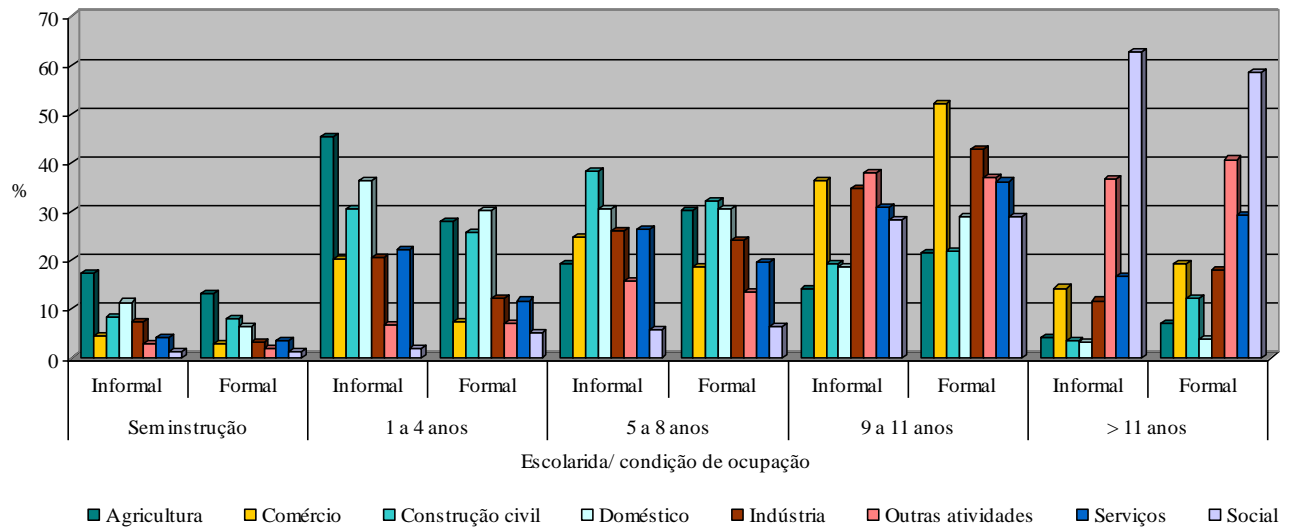
Figueiredo e Corrêa (2004) apontam que a educação, juntamente com o acesso à terra, são fatores importantes e explicativos da desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores alocados na agricultura paranaense. Numa agricultura moderna e altamente tecnificada como a do Paraná, investir em educação é a melhor forma de capacitar os trabalhadores do setor e de criar melhores condições para aumento da produtividade do trabalho. Essas duas variáveis, se solucionadas, em muito poderiam contribuir para um crescimento ainda maior da agricultura no Paraná, crescimento que seria acompanhado de uma redução da desigualdade e da pobreza do Estado.

As atividades ligadas à construção civil e aos serviços domésticos, juntamente com a agricultura, absorvem 10,8% da população trabalhadora informal com mais de 11 anos de estudo. Essas mesmas atividades são responsáveis por empregar 25% dos trabalhadores formais com a mesma escolaridade. Em ambos os casos, é interessante observar os percentuais, porque na construção civil podem estar os diferentes técnicos, engenheiros, encarregados, pessoas que de fato têm que ser mais instruídas. Já no serviço doméstico é curioso o fato de que trabalhadores escolarizados com nível igual ou acima de 11 anos de estudo se insiram em tal condição.

O Comércio se destaca entre os trabalhadores com escolaridade de 9 a 11 anos, até porque, em geral, as atividades desempenhadas exigem mais treinamento e experiência do que a escolaridade propriamente dita. Mesmo assim, contudo, a Figura 2 evidencia o quanto é importante a educação para que o trabalhador consiga se alojar nos setores de atividades que lhe ofereça melhores condições de trabalho e consequente remuneração em retorno à sua qualificação.



Figura 2: Distribuição da População Ocupada paranaense segundo a escolaridade, ramo de atividade e condição na ocupação - 2009.



A educação não está relacionada apenas com a renda do indivíduo, mas está associada também ao desemprego. Segundo Tafner (2006), em 2002, uma pessoa com nível médio incompleto tinha 17,6% de probabilidade de estar desempregada, porém, ao completar o ensino médio, suas chances de desemprego caíam para 10,9%, e, enfim, caso tivesse o superior incompleto, era de apenas de 5,4%, deixando indubitável que a educação tem influência direta na vida das pessoas.

Falando de rendimento, a Tabela 4 apresenta as diferentes categorias de remunerações recebidas pelos trabalhadores paranaenses em ambas as condições de ocupação em 2009. As pesquisas que discorrem sobre a inserção na formalidade ou na informalidade chamam a atenção para a diferença de remuneração entre as ocupações nas duas modalidades, como em IPEA (2006).

Tabela 4: Distribuição frequência e percentual da população paranaense ocupada, com 18 a 70 anos, segundo a renda mensal recebida e condição na ocupação - 2009.

Renda mensal (salário mínimo em R\$)	Informal		Formal	
	Frequência	%	Frequência	%
Até meio	602.089	26.41	3.273	0.11
> meio a 1	511.549	22.44	216.421	7.39
> 1 a 1,5	358.727	15.74	721.956	24.66
>1,5 a 2	244.168	10.71	630.319	21.53
>2	562.834	24.69	1.355.643	46.31
Total	2.279.367	100.00	2.927.612	100,00

Fonte: IBGE/PNAD/2009.



Os dados da Tabela acima ratificam, para o Paraná, que, no mercado formal de trabalho, a maioria da população (46,3%) ganha mais que 2 salários mínimos mensais, o que é quase o dobro da população que recebe o mesmo valor no mercado informal (24,69%). A diferença de rendimento entre os indivíduos menos remunerados nos dois setores é muito acentuada.

Na condição formal de trabalho, menos de meio por cento da população trabalhadora recebe até meio salário mínimo por mês. O contrário acontece no mercado informal, em que o maior número de pessoas ganha menos e até meio salário mínimo mensal. De toda a população ocupada informalmente no Paraná, apenas 35,4% recebem acima de 1,5 salários por mês, ao passo que, com a mesma renda, se encontra a maioria dos trabalhadores do setor formal, isto é, 67,84% dos trabalhadores formais.

Dentre os dados apresentados, chama atenção a soma das duas menores remunerações dos trabalhadores informais: aqueles que recebem remuneração de até meio salário mínimo e os que recebem até 1 salário, juntos correspondem a quase metade da população ocupada nessa condição (48,85%). Considerando que os valores da tabela foram calculados com base no salário mínimo vigente em 2009, de R\$465,00, tem-se que esses trabalhadores receberam, em média, menos de R\$465,00. Se, na hipótese de que entre esses trabalhadores há muitos chefes de família, e somente ele trabalha, com até 2 dependentes na casa e que tenha despesas mensais com aluguel (R\$300,00), luz e água (R\$60,00), além de alimentação e higiene (R\$300,00), o seu rendimento não foi suficiente e muito menos sobrou para as demais necessidades, dele e de seus dependentes, como medicamentos, vestuário, transporte, entre outros.

5. CONCLUSÕES

A proposta deste trabalho foi a de realizar uma análise sobre as diferenças socioeconômicas entre os trabalhadores paranaenses formais e informais. A análise foi realizada sobre os dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009 referentes aos trabalhadores paranaenses na faixa etária de 18 a 70 anos. Empregou-se a



análise estatística descritiva a fim de identificar e verificar as principais características socioeconômicas dos trabalhadores.

Dos resultados estatísticos constatou que dos trabalhadores com idade entre 18 e 70 anos, 45,47% estão em atividades que caracterizam o mercado de trabalho informal, sendo, em sua grande maioria, trabalhadores por conta própria. Quanto à área de residência, 73,68% estão na área urbana, contra 26,32% da área rural.

As pesquisas que discorrem sobre a inserção na formalidade ou na informalidade chamam a atenção para a diferença de remuneração entre as ocupações nas duas modalidades. Os resultados corroboram, para o Paraná, que, no mercado formal de trabalho, a maioria da população (46,3%) ganha mais que 2 salários mínimos mensais, o que é quase o dobro da população que recebe o mesmo valor no mercado informal (24,69%).

A renda baixa dos trabalhadores informais pode ser justificada pela baixa escolaridade deles, pois os resultados mostraram que 37,55% dos ocupados de maneira informal têm de 0 a 4 anos de estudo e, deles, 9,22% são analfabetos, número quase três vezes maior que o do pessoal ocupado no setor formal com a mesma escolaridade. De toda a população trabalhadora paranaense, 5,95% se apresenta sem instrução alguma, o que significa que 309.683 pessoas no mercado de trabalho não sabem ler e nem escrever.

A diferença de rendimento entre os indivíduos menos remunerados nos dois setores é muito acentuada. Na condição formal de trabalho, menos de meio por cento da população trabalhadora recebe até meio salário mínimo por mês. O contrário acontece no mercado informal, em que o maior número de pessoas ganha menos e até meio salário mínimo mensal. Somando os trabalhadores informais que recebem remuneração de até 1 salário, eles correspondem a quase metade da população ocupada nessa condição (48,85%). Considerando que os valores foram calculados com base no salário mínimo vigente em 2009 (de R\$465,00), tem-se que esses trabalhadores recebiam, em média, menos de R\$465,00.

Se observados os estratos da população em que estão presentes os trabalhadores informais, percebe-se que eles pertencem às classes sociais mais pobres. A pobreza no Brasil é fruto da concentração de renda e riqueza que sempre assolou os brasileiros e é responsável pelos maiores problemas sociais e econômicos enfrentados pela sociedade. As famílias pobres são as mais vulneráveis aos ciclos econômicos e às mudanças estruturais e as mais suscetíveis às desigualdades de sobrevivência.



A falta de empregos e de recursos para atender às necessidades básicas familiar leva os indivíduos a ingressarem nas mais diversas formas de atividades, a maioria de caráter informal. A informalidade, por vezes, é chamada de amortecedor da crise social, sem a qual os problemas sociais, resultantes principalmente do desemprego, seriam ainda maiores. Nesse sentido, a informalidade tem o seu papel social de absorver aqueles que, por algum motivo desfavorável, como capacitação, idade, sexo e saúde, estão fora do mercado de trabalho formal. Para os indivíduos pauperizados à margem do sistema, inserirem-se eles no trabalho nessa condição é uma forma de garantirem o mínimo necessário à sobrevivência.

6. REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D. Good jobs versus bad jobs. **Journal of Labor Economics**, v. 19, n. 1, 2001.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo, 1982. 163 p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, 1982. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/.../MariaCCacciamaliTese.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2010.

CHAHAD, J. P. Z. Um novo desenho do programa brasileiro de seguro-desemprego. In: CHAHAD, J. P. Z.; FERNANDES, R. (Org.). **O mercado de trabalho no Brasil: políticas, resultados e desafios**. São Paulo: MTE/ FIPE/ Dpto. de Economia FEA/USP, 2002. p.13-55

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D. **Determinantes da renda do trabalho no setor formal da economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. 32 p. (Texto para discussão, n. 885).

FIGUEIREDO, N. M. S. de.; CORRÊA, A. M. C. J. Renda, desigualdade e pobreza na agricultura paranaense: o que mostram os dados da PNAD 2002. In: ENCONTRO PARANAENSE DE ECONOMIA, 3., Londrina. **Anais...** Londrina, 2004. 1 CD-ROM.

FUGAZZA, M.; JACQUES, J. F. Labor market institutions, taxation and the underground economy. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 1-2, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota técnica: Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: jun. 2007.

KON, A. **Desenvolvimento regional e trabalho no Brasil**. São Paulo: ABET, 1998. 2 v. 140p. (Coleção ABET/Mercado de Trabalho).



MACEDO, R. B. M. **Os salários na teoria econômica**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982. 302 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – BRASIL. **Trabalho decente nas Américas**: uma agenda hemisférica, 2006-2015. Brasília: OIT, 2006a. 101 p.

PASTORE, J.; ZYLBERSTAYN, H.; PAGOTO, C. S. **Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980** (O que aconteceu com a família brasileira?). São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas: Pioneira, 1983.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**: uma introdução à macroeconomia. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PERRY, G. E.; MALONEY, W. F.; ARIAS, O. S.; FAJNZYLBER, P.; MASON, A. D.; SAAVEDRA-CHANDUVI, J. **Informalidade: saída e exclusão**. Tradução de Maria Helena Falcão. Washington D.C.: Banco Mundial, 2007.

POCHMANN, M. **Pesquisador do IPEA diz que a informalidade suaviza crise social**. Entrevista [25/03/2008]. Entrevistador: Mídia Max. IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=4129>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 914).

SOUZA, P. R. **Emprego, salário e pobreza**. São Paulo: Hucetec, 1980. 193 p.

THEODORO, M. **O estado e os diferentes enfoques sobre o informal**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, 25 p. (Texto para discussão, n. 919).

ULYSSEA, G. **A informalidade no mercado de trabalho brasileiro**: uma resenha da literatura. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. 24 p. (Texto para discussão, n. 1070).